



# *Câmara Municipal de Chapadão do Sul*

*Estado de Mato Grosso do Sul*

**LEI Nº 866, DE 9 DE NOVEMBRO de 2011.**

**“Dispõe sobre o funcionamento e fiscalização de Lan House no Município de Chapadão do Sul, e dá outras providências”.**

**O Presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e consoante as disposições da Constituição Federal, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e promulga a seguinte LEI:**

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta o funcionamento de estabelecimentos comerciais que ofertam a locação de computadores e máquinas para acesso à internet, utilização de programas e de jogos eletrônicos, abrangendo os designados como “Lan Houses”, “Cybercafé”, “Cyber Offices” e estabelecimentos congêneres.

**Art. 2º** Os estabelecimentos de que trata esta Lei ficam obrigados a criar e manter cadastro atualizado de seus usuários, contendo:

- I** - nome completo;
- II** - data de nascimento;
- III** - endereço completo;
- IV** - telefone;
- V** - número de documento de identidade.

**§ 1º** O responsável pelo estabelecimento deverá exigir dos interessados a exibição de documento de identidade, no ato de seu cadastramento e sempre que forem fazer uso de computador ou máquina.

**§ 2º** O estabelecimento deverá registrar a hora inicial e final de cada acesso, com a identificação do usuário e do equipamento por ele utilizado.

**§ 3º** Os estabelecimentos não permitirão o uso dos computadores ou máquina:

**a)** as pessoas que não fornecerem os dados previstos neste artigo ou o fizerem de forma incompleta;

**b)** a pessoas que não portarem documento de identidade ou se negarem a exibi-lo.



# *Câmara Municipal de Chapadão do Sul*

*Estado de Mato Grosso do Sul*

**Art. 3º** Os dados a que se refere o artigo anterior deverão ser arquivados por, no mínimo, 60 (sessenta) meses, podendo ser seu armazenamento por meio eletrônico.

**Art. 4º** É vedada a divulgação dos dados cadastrais e demais informações de que trata esta Lei, salvo se houver expressa autorização ou ordem judicial ou requisição do Ministério Público.

**Art. 5º** É vedado aos estabelecimentos de que trata esta Lei:

**I** - permitir o ingresso de pessoas menores de 12 anos sem o acompanhamento de, pelo menos, um de seus pais ou de responsável legal devidamente identificado;

**II** - permitir a entrada de menores de 12 anos a 16 anos sem autorização por escrito de, pelo menos, um de seus pais ou de responsável legal, até as 22 horas;

**III** - permitir a permanência de menores de 18 anos após a meia-noite, salvo se com autorização por escrito de, pelo menos, um de seus pais, ou de responsável legal.

**Parágrafo único.** Além dos dados previstos nos incisos I a V do artigo 2º, o usuário menor de 18 anos deverá informar os seguintes:

a) filiação;

b) nome da escola em que estuda e horário (turno) das aulas.

**Art. 6º** Os estabelecimentos de que trata esta Lei deverão:

**I** - expor em local visível lista de todos os serviços e jogos com a respectiva classificação etária, observada a disciplina do Ministério da Justiça sobre a matéria;

**II** - ter ambiente saudável e iluminação adequada;

**III** - ser dotados de móveis e equipamentos ergonômicos e adaptáveis a todos os tipos físicos;

**IV** - ser adaptados para possibilitar acesso a portadores de necessidades especiais;

**V** - tomar as medidas necessárias a fim de impedir que menores de idade utilizem contínua e ininterruptamente os equipamentos por período superior a 3 horas, devendo haver um intervalo mínimo de 30 minutos entre os períodos de uso;

**VI** - regular o volume dos equipamentos de forma a se adequar às características peculiares e em desenvolvimento dos menores de idade.

**VII** - manter um sistema de proteção inibindo o acesso a sites e endereços eletrônicos, que contenham materiais pornográficos, nas máquinas destinadas ao uso por menores de idade;

**Art. 7º** São proibidos:



# *Câmara Municipal de Chapadão do Sul*

*Estado de Mato Grosso do Sul*

**I** - a venda e o consumo de cigarros e bebidas alcoólicas para menores de 18 anos;

**II** - a utilização de jogos ou a prorrogação de campeonatos que envolvam prêmios em dinheiro.

**Art. 8º** A inobservância do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades:

**I** - multa, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com a gravidade da infração, conforme critérios a serem definidos em regulamento;

**II** - em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro, cumulativamente com a suspensão das atividades ou fechamento definitivo do estabelecimento, conforme a gravidade da infração.

**Art. 9º** A fiscalização será exercida pelo órgão competente do Poder Executivo na forma estabelecida em regulamentação própria.

**Art. 10** Não autorizar a entrada e permanência de crianças e adolescentes trajando uniforme escolar, salvo se estiverem acompanhados dos pais ou responsável legal.

**Art. 11** A proibição de entrada e permanência de crianças e adolescentes, em seus estabelecimentos, caso os mesmos ofereçam jogos de azar, ou atividades que consistem jogos de apostas.

**Art. 12** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Chapadão do Sul-MS, 9 de novembro de 2011.

  
**MAIQUEL DE GASPERI**  
Presidente